



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Vivo S.A., submete à apreciação dos Senhores as Demonstrações Financeiras da Companhia, com o parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008. A Administração

		BALANÇOS PATRIMONIAIS			
		Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007		(em milhares de reais)	
ATIVO	Nota	31.12.08	31.12.07	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota
CIRCULANTE				CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.223.473	2.177.185	Pessoal, encargos e benefícios sociais	
Aplicações financeiras em garantias		37.475	32.359	Fornecedores e contas a pagar	14
Contas a receber, líquidas	5	2.281.126	2.178.745	Impostos, taxas e contribuições	15
Estoques	6	709.410	376.624	Empréstimos e financiamentos	16
Adiantamentos a fornecedores		1.309	796	Juros sobre o capital próprio e dividendos	
Tributos diferidos e a recuperar	7	1.949.454	1.617.064	Provisões para contingências	17
Operações com derivativos	28	347.448	1.530	Operações com derivativos	28
Despesas antecipadas	8	284.814	228.324	Outras obrigações	19
Outros ativos	9	296.813	194.440	Total do passivo circulante	
Total do ativo circulante		7.131.322	6.807.067	NÃO CIRCULANTE	
NÃO CIRCULANTE				Exigível a longo prazo:	
Realizável a longo prazo:				Impostos, taxas e contribuições	15
Aplicações financeiras em garantias		47.335	27.108	Empréstimos e financiamentos	16
Tributos diferidos e a recuperar	7	1.531.475	1.870.371	Provisões para contingências	17
Operações com derivativos	28	285.303	8.965	Operações com derivativos	28
Despesas antecipadas	8	72.325	57.399	Licenças de concessão	18
Outros ativos	9	30.981	24.118	Outras obrigações	19
Investimentos	10	8	165	Total do passivo não circulante	
Imobilizado, líquido	11	6.414.085	6.316.840	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Intangível, líquido	12	2.857.341	1.690.930	Capital social	20
Diferido, líquido	13	55.393	58.833	Reservas de capital	20
Total do ativo não circulante		11.294.246	10.055.269	Reservas de lucro	20
Total do ativo		18.425.568	16.862.336	Lucros (prejuízos) acumulados	20
				Total do patrimônio líquido	
				Total do passivo e do patrimônio líquido	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

		DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	
		Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007	
		(em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)	
	Nota	2008	2007
Serviços de telecomunicações	21	16.767.130	14.538.591
Vendas de mercadorias	21	3.101.704	3.105.703
Receita operacional bruta		19.868.834	17.644.294
Deduções da receita bruta	21	(5.619.606)	(5.151.800)
Receita operacional líquida		14.249.228	12.492.494
Custo dos serviços prestados	22	(5.153.992)	(4.526.456)
Custo das mercadorias vendidas	22	(2.249.389)	(2.096.834)
Lucro bruto		6.845.847	5.869.204
Despesas com vendas	23	(3.814.275)	(3.532.783)
Despesas gerais e administrativas	24	(1.093.052)	(1.191.368)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	(87.249)	(187.613)
Equivalência patrimonial		-	(66)
Despesas operacionais		(4.994.576)	(4.911.830)
Lucro operacional antes das despesas financeiras, líquidas		1.851.271	957.374
Despesas financeiras	26	(579.556)	(453.467)
Juros sobre o capital próprio destinados		(380.037)	(247.000)
Receitas financeiras	26	210.845	174.871
Variáveis monetária e cambial, líquidas	26	(74.152)	10.565
Lucro antes dos tributos e da reversão dos juros sobre o capital próprio		1.028.371	442.343
Imposto de renda e contribuição social	27	(414.234)	(256.872)
Lucro antes da reversão dos juros sobre o capital próprio		614.137	185.471
Reversão dos juros sobre o capital próprio		380.037	247.000
Lucro líquido do exercício		994.174	432.471
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		260,94	113,51

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007
(em milhares de reais)

	Reservas de Capital					Reservas de Lucro		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social Realizado	Reserva de Ágio	Reserva Especial de Ágio	Juros sobre Obras em Andamento	Doações e Subvenções	Incentivos Fiscais	Reserva Legal		
Saldos em 31 de dezembro de 2006 - Lei 6.404/76	5.650.434	-	1.105.818	10.162	35.254	30.362	329.512	1.106.992	8.464.186
Efeitos aplicação Lei 11.638/07	-	-	-	-	-	-	-	-	(873)
Saldos em 31 de dezembro de 2006 - Lei 11.638/07	5.650.434	37.530	1.105.818	10.162	35.254	30.362	329.512	1.106.992	8.463.313
Doações	-	-	-	-	13.286	-	-	-	13.286
Redução de capital - AGE 30.01.07	(36.500)	-	-	-	-	-	-	-	(36.500)
Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	7.170
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	432.471
Proposta para destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	21.641	-	(21.641)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(247.000)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(164.177)
Dividendos complementares	-	-	-	-	-	-	-	(1.106.992)	(165.292)
Saldos em 31 de dezembro de 2007 - Lei 11.638/07	5.613.934	37.530	1.105.818	10.162	48.540	30.362	351.153	-	(1.220)
Aumento de capital por reserva especial de ágio - AGE 03.07.08	495.384	-	(495.384)	-	-	-	-	-	-
Redução de capital - AGE 19.08.08	(700.000)	-	-	-	-	-	-	-	(700.000)
Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	6.899
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	994.174
Proposta para destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	49.709	-	(49.709)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(380.037)
Reserva para expansão	-	-	-	-	-	-	-	564.428	(564.428)
Transferência para reserva para expansão	-	-	-	-	-	-	-	5.679	(5.679)
Saldos em 31 de dezembro de 2008 - Lei 11.638/07	5.409.318	37.530	610.434	10.162	48.540	30.362	400.862	570.107	7.117.315

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA		2008		2007	
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007		(em milhares de reais)			
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES					
Lucro líquido do exercício		994.174	432.471		
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com os recursos provenientes de atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		2.370.757	2.180.439		
Custo residual de ativo imobilizado baixado		27.853	21.743		
Reversões de provisões para perdas em estoques		(9.920)	(6.329)		
Baixas em estoques		1.968	1.044		
Perdas (ganhos) em contratos a termo e de swaps		(491.793)	489.542		
Resultado de participações societárias		-	66		
Perdas (ganhos) com empréstimos, financiamentos e debêntures		638.659	(288.408)		
Variáveis monetárias		13.545	4.870		
Provisões para créditos de liquidação duvidosa		285.017	365.740		
Planos de benefícios pós-emprego		1.937	5.635		
Provisões para contingências		118.966	183.876		
Provisões (reversões) de fornecedores		(26.583)	72.152		
Provisões (reversões) de desmobilização de ativos		(8.629)	8.158		
Provisões (reversões) de impostos e contribuições		6.090	(35.578)		
Provisão para programa de fidelização		22.840	11.333		
Imposto de renda diferido		381.656	238.651		
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(387.398)	(583.239)		
Estoques		(324.834)	(89.319)		
Tributos diferidos e a recuperar		(281.027)	74.358		
Outros ativos circulantes e não circulantes		(205.161)	(165.139)		
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Pessoal, encargos e benefícios sociais		(11.059)	17.243		
Fornecedores e contas a pagar		289.430	368.433		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		386.881	119.521		
Impostos, taxas e contribuições		90.392	54.819		
Provisões para contingências (pagamentos)		(147.953)	(133.221)		
Outros passivos circulantes e não circulantes		68.329	184.031		
Caixa gerado pelas atividades operacionais		3.804.137	3.532.892		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Adições ao imobilizado		(3.641.917)	(2.014.646)		
Adições ao ativo diferido		(30.306)	(2.067)		
Adições ao investimento		(650)	(50)		
Recursos provenientes da alienação de imobilizado		13.397	5.211		
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		(3.659.476)	(2.011.552)		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures		2.710.440	2.089.305		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(644.533)	(1.911.418)		
Pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		(201.183)	(123.077)		
Pagamentos de contratos a termo e de swaps		(521.984)	(556.555)		
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio		(1.741.113)	(205.890)		
Caixa proveniente de redução de capital		(700.000)	(36.500)		
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(1.098.373)	(744.135)		
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(953.712)	777.205		
Saldo inicial		2.177.185	1.399.980		
Saldo final		1.223.473	2.177.185		
		(953.712)	777.205		

INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

AO FLUXO DE CAIXA			
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	14.685
Juros pagos		201.183	123.077

TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Doações		5.938	13.286
Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos		6.899	7.170
Juros sobre o capital próprio e dividendos propostos		380.037	1.683.461

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO		2008		2007	
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007		(em milhares de reais)			
RECEITAS		18.377.369	15.853.907		
Prestação dos serviços e mercadorias vendidas		18.252.201	15.878.432		
Outras receitas		410.185	341.215		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida		(285.017)	(365.740)		
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(8.594.985)	(7.841.915)		
Insumos consumidos		(2.444.203)	(2.110.887)		
Custo das mercadorias vendidas		(2.800.355)	(2.580.574)		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(3.357.897)	(3.142.366)		
Perdas/recuperação de valores ativos		7.470	(8.088)		
VALOR ADICIONADO BRUTO		9.782.384	8.011.992		
RETENÇÕES		(2.370.757)	(2.180.439)		
Depreciação e amortização		(2.370.757)	(2.180.439)		
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		7.411.627	5.831.553		
VALOR ADICIONADO RECEBIDO					
EM TRANSFERÊNCIA		1.003.625	186.431		
Resultado de equivalência patrimonial		-	(66)		
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais de ativos		1.003.625	186.497		
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		8.415.252	6.017.984		
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		8.415.252	6.017.984		
Pessoal, encargos e benefícios		584.539	596.568		
Remuneração direta		293.292	293.754		
Benefícios		264.285	276.597		
FGTS		26.962	26.217		
Impostos, taxas e contribuições		4.791.833	3.978.949		
Federais		1.790			



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007
(em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras, aprovado pela Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008;
- CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 01 de novembro de 2007;
- CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008;
- CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008;
- CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, aprovado pela Deliberação CVM nº 555, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, aprovado pela Deliberação CVM nº 556, de 11 de novembro de 2008;
- CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, aprovado pela Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008;
- CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008;
- CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008.

O balanço patrimonial inicial de 31 de dezembro de 2006 (data de transição) foi preparado considerando as exceções requeridas e algumas das isenções opcionais, permitidas pelo pronunciamento contábil CPC 13, sendo elas:

- Isenção sobre a apresentação de demonstrações financeiras comparativas:** As demonstrações financeiras de 2008 e de 2007 estão preparadas nas bases contábeis vigentes em 2008. A opção dada pelo CPC 13 de não ajustar as demonstrações financeiras de 2007 aos padrões contábeis de 2008 não foi adotada pela Sociedade.
- Isenção sobre a classificação de instrumentos financeiros na data original de seu registro:** Apesar de o CPC 14 determinar que a classificação dos instrumentos financeiros deva ser feita no momento original de seu registro, para fins de primeira adoção, o CPC 13 permitiu que fossem classificados na data de transição, sendo essa a opção efetuada pela Sociedade.
- Isenção sobre a manutenção de saldos no ativo diferido até sua realização:** A Sociedade optou por manter os saldos reconhecidos no grupo do ativo diferido até sua completa amortização. Conforme requerido pelo CPC 13, a Sociedade efetuou análise sobre a recuperação desses saldos, nos termos do CPC 01 e não identificou nenhum indicador de perda de seu valor recuperável. Adicionalmente, a Sociedade reclassificou parte do saldo reconhecido no grupo do ativo diferido para o grupo de ativo intangível, por se tratarem de ativos intangíveis com data definida e atenderem aos critérios de reconhecimento contábil desses novos grupos.
- Isenção sobre as considerações de cálculo do ajuste a valor presente:** A Sociedade calculou o ajuste a valor presente com base em cálculo global sobre os saldos em aberto para cada grupo de contas de ativos e passivos monetários, assim como, aplicou as taxas de desconto com base nas premissas de mercado existentes na data de transição. Os itens que compõe cada um dos grupos de contas foram submetidas ao ajuste a valor presente.
- Isenção para apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado sem indicação dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Com o objetivo de permitir a comparabilidade, a Sociedade optou por adequar os valores das demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, às disposições sobre preparação e apresentação contidas no CPC 03 e CPC 09, respectivamente. A Sociedade também optou por não mais apresentar as demonstrações das origens e aplicações de recursos para os exercícios encerrados a partir de 01 de janeiro de 2008.
- Neutralidade para fins tributários da aplicação inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08:** A Sociedade optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Medida Provisória nº 449/08, por meio do qual as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o programa de integração social (PIS) e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08 foram registrados nas demonstrações financeiras da Sociedade, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371. A Sociedade consignará referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) no ano de 2009.

- Execução sobre o reconhecimento de arrendamentos mercantis financeiros vigentes antes da data de transição e sobre a capitalização de custos iniciais de contratação diretamente associados a esses arrendamentos:** Para os contratos vigentes na data de transição e que apresentaram as características de arrendamento mercantil financeiro, a Sociedade registrou no ativo imobilizado, em conta específica, o bem arrendado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato, ajustado pela depreciação acumulada calculada desde a data do contrato até a data de transição. Os custos iniciais diretos, incorridos para a contratação desses arrendamentos, não foram capitalizados.
- Execução sobre amortização de ágios fundamentados por rentabilidade futura (goodwill) e reconhecimento retroativo de ativos intangíveis:** Os custos de desenvolvimento de ativos intangíveis, incorridos na e até a data de transição, que não estavam reconhecidos pela Sociedade como um ativo intangível, e que à luz do pronunciamento contábil CPC 04 passaram a atender aos critérios de reconhecimento, não foram registrados pela Sociedade como ativos intangíveis no balanço inicial. Os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Sociedade foram amortizados linearmente até 31 de dezembro de 2008.
- Execução sobre o tratamento de prêmios recebidos na emissão de debêntures, doações e subvenções para investimentos:** Para as doações e subvenções para investimentos recebidos anteriormente a 31 de dezembro de 2008, a Sociedade manteve o tratamento contábil vigente na data em que foram originados, incluindo a manutenção dos respectivos saldos em conta de reserva de capital.
- Execução para aplicação da primeira avaliação periódica da vida útil-econômica dos bens do imobilizado:** Até 31 de dezembro de 2009, a Sociedade irá reavaliar as estimativas de vida útil-econômica de seus ativos imobilizados, utilizadas para determinação de suas taxas de depreciação. Eventuais mudanças na estimativa da vida útil-econômica dos ativos, decorrentes dessa reavaliação, se relevantes, serão tratadas como mudança de estimativas contábeis a serem reconhecidas de forma prospectiva.

2.c) Efeitos dos ajustes da Lei 11.638/07 e MP 449/08
Em atendimento aos requerimentos de divulgação sobre adoção inicial das novas práticas contábeis, a Sociedade está apresentando, nos quadros abaixo para fins de comparação, uma breve descrição e os valores correspondentes aos impactos gerados no balanço patrimonial, patrimônio líquido e na demonstração do resultado para os exercícios de 2008 e de 2007, referentes às alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08:

	Saldos originalmente divulgados em 31.12.07	Ajustes da Lei nº 11.638/07		Saldos de 2007 representados pelos efeitos da Lei nº 11.638/07
ATIVO				
Tributos diferidos e a recuperar (circulante e não circulante)	3.500.382	(12.947)	(1)	3.487.435
Operações com derivativos (circulante e não circulante)	4.751	5.744	(2)	10.495
Imobilizado, líquido	6.301.374	15.466	(3)	6.316.840
Intangível, líquido	1.660.299	30.631	(4)	1.690.930
Diferido, líquido	89.464	(30.631)	(4)	58.833
	Saldos originalmente divulgados em 31.12.07	Ajustes da Lei nº 11.638/07		Saldos de 2007 representados pelos efeitos da Lei nº 11.638/07
PASSIVO				
Impostos, taxas e contribuições (circulante e não circulante)	727.944	9.456	(1)	737.400
Empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante)	2.743.899	3.925	(2)	2.747.824
Operações com derivativos (circulante e não circulante)	436.058	(3.898)	(2)	432.160

Patrimônio líquido

Breve descrição do ajuste	2008	2007	2006
Patrimônio líquido antes das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08	7.106.527	7.197.499	8.464.186
Arrendamento mercantil financeiro	(3) 10.200	15.466	21.681
Valor justo de operações com derivativos	(2) (117.245)	10.934	11.023
Valor justo de empréstimos	(2) 150.387	(3.924)	(9.548)
Valor presente de ativos monetários	(1) (26.997)	(24.325)	(24.479)
Imposto de renda e contribuição social sobre o total dos ajustes	(7) (5.557)	629	450
Efeitos líquidos decorrentes da aplicação integral da Lei nº 11.638/07 e MP 449/08	(8) 10.788	(1.220)	(873)
Patrimônio líquido com a aplicação integral da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08	7.117.315	7.196.279	8.463.313
Demonstração do resultado			
Breve descrição do ajuste	2008	2007	

Breve descrição do ajuste	2008	2007
Lucro líquido antes das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08	982.166	432.818
Leasing financeiro	(5) (5.266)	(6.215)
Receitas (despesas) financeiras de:		
Valor justo de operações com derivativos	(6) (128.179)	(89)
Valor justo de empréstimos	(6) 154.311	5.624
Valor presente de ativos monetários	(6) (2.672)	154
Despesas com amortização (Despesas Gerais e Administrativas)	(5) -	(10.989)
Despesas com amortização (Outras despesas operacionais, líquidas)	(5) -	10.989
Imposto de renda e contribuição social sobre o total dos ajustes	(7) (6.186)	179
Efeitos líquidos decorrentes da aplicação integral da Lei nº 11.638/07 e MP 449/08	(8) 12.008	(347)
Lucro líquido com a aplicação integral da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08	994.174	432.471

- Inclui os ajustes a valor presente do ICMS (CIAP) sobre aquisições de ativos fixos, utilizando-se a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), a provisão de IRRF sobre os ajustes a valor de mercado das operações com derivativos e o imposto de renda (25%) e a contribuição social (9%), diferidos contabilizados;
- Inclui os ajustes a valor justo das operações com derivativos e empréstimos, quando aplicável, conforme as diretrizes do CPC 14;
- Arrendamento mercantil financeiro de equipamentos de informática que a Sociedade possuía. Este ajuste contempla a capitalização do custo líquido na data de transição e sua respectiva depreciação, conforme as diretrizes do CPC 6;
- Transferências do Ativo Diferido para o Ativo Intangível dos saldos residuais do ágio apurado quando da aquisição da Ceterp Celular S.A. e do fundo de comércio de lojas próprias, conforme as diretrizes do CPC 1;
- Despesas com a depreciação de equipamentos de informática decorrente do ajuste do arrendamento mercantil financeiro (item 3);
- Receitas (despesas) financeiras líquidas, decorrentes dos ajustes a valor de mercado das operações com derivativos e empréstimos (item 2) e do valor presente do ICMS (CIAP) (item 1);
- Imposto de renda (25%) e a contribuição social (9%), aplicados a todos os ajustes acima descritos;
- Efeito líquido de todos os ajustes acima descritos.

3. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- Apuração do resultado**
As receitas de vendas estão sendo apresentadas brutas, ou seja, incluem os tributos, os descontos e as devoluções (no caso de venda de mercadorias), incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício:
a.1) **Reconhecimento das receitas de serviços de telecomunicações**
A receita de serviços é reconhecida à medida que os serviços são prestados, sendo o faturamento efetuado mensalmente. A receita não faturada é calculada e reconhecida quando os serviços são prestados. As receitas referentes aos créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos, são diferidas e reconhecidas no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.
a.2) **Reconhecimento das receitas e custos de vendas de mercadorias**
As receitas e os custos de vendas de mercadorias e acessórios, efetuadas em lojas próprias, são reconhecidas no momento da venda ao consumidor final. As receitas e os custos de vendas de mercadorias, realizadas através de dealers, são reconhecidas no resultado quando da ativação do aparelho.
a.3) **Receitas e despesas financeiras**
Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, operações com derivativos, empréstimos, financiamentos, debêntures, ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras.
b) **Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras**
A moeda funcional da Sociedade é o Real.
c) **Transações denominadas em moeda estrangeira**
Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio (Ptax) vigente na data das demonstrações financeiras, sendo em 31 de dezembro de 2008: US\$1,00 = R\$2,3370, JPY1,00 = R\$0,025800, €1,00 = R\$3,252403 e em 31 de dezembro de 2007: US\$1,00 = R\$1,7713, JPY1,00 = R\$0,015839, €1,00 = R\$2,607531. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.
d) **Instrumentos financeiros**
Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.
d.1) **Ativos financeiros**
Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, ganhos não realizados em operações com derivativos e contas a receber de clientes. São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:
(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.
(ii) Empréstimos (concedidos) e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.
(iii) Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Sociedade tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Esse método utiliza uma taxa de desconto que quando aplicada sobre os recebimentos futuros estimados, ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro, resulta no valor contábil líquido. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.
(iv) Disponíveis para venda: Ativos financeiros que não se qualificam nas categorias (i) a (iii) acima. Na data de cada balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, e as variações decorrentes da diferença entre o valor do investimento atualizado pelas condições contratuais e a avaliação ao valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial enquanto o ativo não for realizado, sendo reclassificadas para o resultado após a realização, líquida dos efeitos tributários.
d.2) **Passivos financeiros**
Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são: contas a pagar a fornecedores, perdas não realizadas em operações com derivativos, empréstimos e

financiamentos e debêntures. São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.
(ii) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

d.3) Valor de mercado
O valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

d.4) Operações de hedge
Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros, compromissos firmes não reconhecidos, transações altamente prováveis ou investimentos líquidos em operações no exterior, e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato (efetividade entre 80% e 125%); (ii) possuir identificação documental da operação, do risco objeto de hedge, do processo de gerenciamento de risco e da metodologia utilizada na avaliação da efetividade; e (iii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados e contabilizados como operações de hedge de acordo com sua natureza:
• hedge de valor justo - são os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de hedge. Os itens objeto de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período;
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, a Sociedade não possuía hedge de valor justo, hedge de fluxo de caixa e hedge de investimentos no exterior.

e) Caixa e equivalentes de caixa
Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado".
f) Contas a receber, líquidas
Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Estão também incluídos os serviços prestados aos clientes que ainda não foram faturados até a data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares e acessórios. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. Informações referentes a abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos, além da movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão demonstradas na nota 5.

g) Estoques
São representados pelos aparelhos celulares e acessórios avaliados ao custo médio de aquisição. Foi constituída provisão para os aparelhos considerados obsoletos ou cujas quantidades são superiores àquelas usualmente comercializadas pela Sociedade em um período razoável de tempo.
h) Despesas antecipadas
Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida em que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

i) Imobilizado
Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota 11 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. O imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como tributos a compensar. Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representam melhoria, aumento da capacidade ou de vida útil, são capitalizados, enquanto que os demais são registrados no resultado do exercício. Os custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados em contrapartida à provisão para desmobilização de ativos (nota 19) e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos, que não é superior ao prazo de locação.

j) Arrendamento Mercantil
Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

k) Intangível
Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura estão sendo amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos, desde as datas das transações que os originaram. A partir de 1º de janeiro de 2009 não serão mais amortizados devendo apenas ser submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável (nota 12). Inclui ainda, os valores de fundo de comércio referentes a lojas próprias, que estão sendo amortizados pelo prazo de vigência dos contratos.

l) Diferido
Gastos pré-operacionais foram registrados ao custo de formação e são amortizados pelo método linear, no prazo de 10 anos. Conforme permitido pela Medida Provisória 449/08, a Sociedade optou em manter o saldo do ativo diferido que não foi possível ser alocado a outras contas, até a sua completa amortização. Os ativos diferidos também são revisados anualmente com a finalidade de avaliar a sua recuperabilidade.
m) Juros sobre capital próprio
É permitido às companhias brasileiras pagar juros sobre capital próprio, o qual é similar ao pagamento de dividendos, mas que é dedutível para fins de apuração de impostos sobre a renda. A Sociedade decidiu pagar os juros para seus acionistas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (nota 20) e provisionou o montante devido, com um débito direto no patrimônio líquido. A distribuição dos juros sobre capital próprio aos acionistas está sujeita a retenção de imposto de renda à alíquota de 15%.

n) Provisão para recuperação de ativos
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas estão classificadas como outras despesas operacionais.

o) Outros ativos e passivos
Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Outros ativos incluem os subsídios praticados nas vendas de terminais aos agentes credenciados os quais são diferidos, sendo reconhecidos no resultado à medida que as habilitações destes terminais acontecem, limitado ao prazo máximo de 90 dias. Também incluem os saldos a receber de acordos comerciais que são provenientes de transações correntes entre a Sociedade e seus fornecedores, tendo como principais referências o volume de compras e as campanhas de marketing compartilhadas. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A Sociedade é patrocinadora de fundos de pensão de benefícios pós-emprego e assistência médica e de outros benefícios pós-emprego para seus empregados (nota 29). As contribuições da Sociedade são determinadas de forma atuarial e registradas pelo regime de competência. Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos de acordo com o regime de competência.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

p) Impostos, taxas e contribuições
As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Imposto sobre Serviços - ISS às alíquotas vigentes em cada região e diretrizes à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007
(em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

com serviços de telecomunicações, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente. Para as demais receitas auferidas pela Sociedade, incluindo as receitas relacionadas à revenda de mercadorias, na modalidade não cumulativa, às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e a COFINS, respectivamente. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente do custo das mercadorias vendidas na demonstração do resultado. As antecipações ou valores passivos de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$240 anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva que possam ser utilizadas. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram mensurados a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, aplicando-se as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

q) **Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

r) **Estimativas contábeis**

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Sociedade. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a provisão para perdas nos investimentos; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; a provisão para contingências, provisão para desmobilização de ativos, provisão para o programa de fidelidade e passivos atuariais; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; as considerações de reconhecimento e mensuração de custos de desenvolvimento capitalizados como ativos intangíveis; as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos conforme Instrução CVM nº 475/08. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

s) **Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

As demonstrações de fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração do fluxo de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: São as principais atividades geradoras de receita da Sociedade e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento;
- Atividades de investimento: São as atividades relativas a aquisição e alienação de ativos a longo prazo e outros investimentos não incluídos em atividades operacional e de financiamento; e
- Atividades de financiamento: São as atividades que tem como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos pela empresa.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

t) **Taxa FISTEL**

O valor da taxa do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL paga sobre a ativação de novos clientes, geradas mensalmente ao longo do ano, é diferido para amortização durante o período estimado de fidelização dos clientes, equivalente a 24 meses.

u) **Provisões para contingências**

São determinadas com base em opiniões de seus consultores jurídicos e da Administração, quanto ao provável resultado de assuntos pendentes e está atualizada até a data do balanço pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada contingência.

v) **Provisão para o programa de fidelização**

A Sociedade possui programas e outros benefícios de fidelização, em que ligações são transformadas em pontos para futura troca por aparelhos. Os pontos acumulados, líquidos de resgates, são provisionados considerando os dados históricos de resgates, pontos gerados e o custo médio do ponto (nota 19).

w) **Participação dos empregados nos resultados**

São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas em contas específicas nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Vendas e Despesas Gerais e Administrativas.

x) **Lucro líquido por lote de mil ações**

Está calculado com base no número de ações em circulação na data de levantamento do balanço patrimonial.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado	
	31.12.08	31.12.07
Caixa e bancos	50.697	314.451
Aplicações financeiras	1.172.776	1.862.734
Total	1.223.473	2.177.185

As aplicações financeiras referem-se, na sua maioria, a operações de renda fixa, indexadas à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI"), com liquidez imediata.

5. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	31.12.08	31.12.07
Valores a receber de serviços a faturar	455.942	414.192
Valores a receber de serviços faturados	1.066.776	1.032.439
Valores a receber de interconexão	677.730	630.679
Valores a receber de mercadorias vendidas	438.533	446.136
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(357.855)	(344.701)
Total	2.281.126	2.178.745

Não há cliente que represente mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2008 e de 2007.

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo de contas a receber inclui R\$225.699 (R\$269.026 em 31 de dezembro de 2007) referentes a repasse de "co-billing" de outras operadoras cujos valores foram determinados com base em termos de compromisso, uma vez que os contratos ainda não foram assinados pelas partes. Existem ainda pendências de definição de responsabilidades pelas perdas relacionadas à fraude, dependentes do órgão regulador, bem como de acordo entre as partes. A Sociedade não espera perdas financeiras sobre o assunto em questão.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2008	2007
Saldo no início do ano	344.701	353.306
Complemento de provisão (nota 23)	285.017	365.740
Baixas e recuperações	(271.863)	(374.345)
Saldo no fim do ano	357.855	344.701

	31.12.08	31.12.07
Aparelhos celulares	683.468	382.410
Accessórios e outros	5.887	7.330
Simcard (chip)	47.951	24.700
(-) Provisão para obsolescência	(27.896)	(37.816)
Total	709.410	376.624

7. TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

7.1 Composição

	31.12.08	31.12.07
Contribuição social e imposto de renda antecipados	158.216	93.157
Imposto de renda retido na fonte	128.672	45.438
ICMS a recuperar	512.031	439.050
PIS e COFINS a recuperar	271.992	212.987
Outros a recuperar	23.180	34.600
Total de impostos a recuperar	1.094.091	825.232
Contribuição social e imposto de renda diferidos	2.204.955	2.579.880
ICMS a apropriar	181.883	82.323
Total	3.480.929	3.487.435
Circulante	1.949.454	1.617.064
Não circulante	1.531.475	1.870.371

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos são demonstrados a seguir:

	31.12.08	31.12.07
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	1.120.771	1.115.833
Crédito fiscal incorporado - reestruturação (b)	346.666	634.405
Créditos tributários sobre provisões para: (c)		
Provisão para obsolescência de estoques	9.485	12.857
Contingências e obrigações legais - CVM 489	116.994	120.344
Créditos de liquidação duvidosa	121.671	117.198
Programa de fidelização	33.720	25.954
Participação de empregados	29.316	33.989
Fornecedores	140.796	125.627
Operações com derivativos	206	107.254
Depreciação acelerada	143.431	134.067
Provisão para desmobilização e perdas no ativo imobilizado	103.283	102.047
Outros valores	38.616	50.305
Total de tributos diferidos	2.204.955	2.579.880
Circulante	896.111	911.821
Não circulante	1.308.844	1.668.059

A parcela classificada no circulante refere-se à reversão de diferenças temporárias, utilização de prejuízos fiscais e amortização de ágio prevista para os próximos doze meses.

Os tributos diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura como segue:

- Prejuízo fiscal e base negativa**: representa o montante registrado que será compensado no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios e não possui prazo de prescrição.
- Crédito fiscal incorporado**: representado pelo saldo líquido de ágio e provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (nota 7.2). Sua realização ocorre proporcionalmente à amortização do ágio, cujo prazo é entre 5 e 10 anos. Estudos de consultores externos utilizados nos processos de reestruturação societária suportam a recuperação do valor nestes prazos.
- Diferenças temporárias**: a realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda com créditos de liquidação duvidosa ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.

A Sociedade elaborou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a plena recuperação dos valores de tributos diferidos reconhecidos em 31 de dezembro de 2008, como definido pela Instrução CVM nº 371. Durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2008, nenhum fato relevante ocorreu que indicasse limitações para a plena recuperação dos valores de tributos diferidos reconhecidos pela Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2008, o cronograma de realização dos referidos tributos diferidos é como segue:

Exercício:		
2009		896.111
2010		303.234
2011		409.222
2012		385.826
2013		8.168
2014 em diante		202.394
Total		2.204.955

7.2 Crédito Fiscal Incorporado - Reestruturação

Anteriormente às transferências, foram constituídas provisões para manutenção do patrimônio líquido da incorporada e, conseqüentemente, o acervo líquido incorporado representa, em essência o benefício fiscal decorrente da dedutibilidade dos ágios incorporados.

10. INVESTIMENTOS

Conforme descrito na nota 1c, em 04 de abril de 2008, a Sociedade transferiu sua participação acionária detida na TCO IP para a Vivo Participações.

11. IMOBILIZADO, LÍQUIDO

	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	31.12.08	Imobilizado líquido	31.12.07	Imobilizado líquido
Equipamentos de transmissão	10,00 a 20,00	7.912.086	(5.803.118)	2.108.968	2.198.821	2.198.821
Equipamentos de comutação	10,00 a 20,00	3.748.848	(2.379.736)	1.369.112	1.368.120	1.368.120
Infra-estrutura	2,86 a 20,00	2.668.164	(1.512.162)	1.156.002	1.166.159	1.166.159
Equipamentos terminais	66,67	2.260.736	(1.978.069)	282.667	290.398	290.398
Prédios	2,86 a 4,00	284.484	(82.199)	202.285	209.978	209.978
Terrenos		67.297	-	67.297	59.785	59.785
Arrendamento mercantil financeiro	20,00	21.681	(11.481)	10.200	15.466	15.466
Outros ativos	6,67 a 20,00	1.535.450	(1.036.373)	499.077	509.156	509.156
Bens e instalações em andamento		718.477	-	718.477	498.957	498.957
Total		19.217.223	(12.803.138)	6.414.085	6.316.840	6.316.840

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a Sociedade capitalizou encargos financeiros incorridos sobre empréstimos que estão financiando as obras em andamento no montante de R\$40.460 (R\$11.175 em 31 de dezembro de 2007).

Em 31 de dezembro de 2008, a Sociedade possuía bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais no montante de R\$72.965 (R\$109.158 em 31 de dezembro de 2007).

Todas as obrigações relativas aos arrendamentos mercantis financeiros da Sociedade já foram devidamente pagos anteriormente a 31 de dezembro de 2008.

12. INTANGÍVEL, LÍQUIDO

	Taxa anual de amortização (%)	Custo	31.12.08	Intangível líquido	31.12.07	Intangível líquido
Licença de concessão	6,67 a 20,00	2.174.573	(727.039)	1.447.534	399.227	399.227
Direito de uso de software	20,00	3.695.154	(2.495.242)	1.199.912	1.125.107	1.125.107
Ágio - Ceterp Celular S.A.	10,00	84.265	(68.114)	16.151	24.578	24.578
Fundo de comércio	(*)	31.962	(23.569)	8.393	6.053	6.053
Outros ativos	6,67 a 20,00	33.359	(30.313)	3.046	6.662	6.662
Intangível em andamento		182.305	-	182.305	129.503	129.503
Total		6.201.618	(3.344.277)	2.857.341	1.690.930	1.690.930

(*) Conforme os prazos contratuais

13. DIFERIDO, LÍQUIDO

Refere-se às despesas pré-operacionais que estão sendo amortizadas pelo prazo de 10 anos, com os montantes líquidos de R\$55.393 e R\$58.833 em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, respectivamente, conforme permitido pela MP 449/08.

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

	31.12.08	31.12.07
Fornecedores	2.563.707	2.287.384
Interconexão/interligação	196.217	193.093
Valores a repassar LD (a)	347.162	314.573
Assistência técnica	170.178	189.696
Outros	51.409	81.080
Total	3.328.673	3.065.826

(a) Valores a repassar referem-se às chamadas VC2, VC3 e deslocamento faturados aos nossos clientes e repassados às operadoras de longa distância.

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	31.12.08	31.12.07
Tributos Correntes:		
ICMS	629.049	514.688
Imposto de renda e contribuição social	65.987	29.949
PIS e COFINS	108.705	99.103
FISTEL	31.153	25.689
FUST e FUNTEL	10.431	9.008
Outros impostos, taxas e contribuições	15.413	22.150
Total	860.738	700.587

	31.12.08	31.12.07
Obrigações Legais (CVM 489/05):		
PIS e COFINS	7.903	7.566
CIDE	23.689	25.997
Outros impostos, taxas e contribuições	4.507	3.250
Total	36.099	36.813

	31.12.08	31.12.07
Total	896.837	737.400
Circulante	650.320	553.538
Não circulante	246.517	183.862

Em 31 de dezembro de 2008, da parcela do não circulante, R\$217.763 (R\$168.850 em 31 de dezembro de 2007) referem-se ao ICMS - Programa Paraná Mais Emprego, decorrente do convênio com o Governo do Estado do Paraná, relativo à postergação do pagamento de ICMS. Este convênio estabelece que o vencimento do ICMS ocorre sempre no 49º mês subsequente àquele em que o ICMS for apurado. Esse valor é atualizado pela variação do Fator de Correção Anual (FCA).

Obrigações Legais - Deliberação CVM 489/05

Compreende os tributos que se enquadram na Deliberação 489/05, emitida em 03 de outubro de 2005, que aprovou o pronunciamento da NPC nº 22 do IBRACON.

Para efeito das demonstrações financeiras, os montantes de depósitos judiciais dos referidos tributos, são compensados com tais impostos, taxas e contribuições a pagar, quando aplicável.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Sociedade possuem contas específicas relacionadas com ágio e provisão incorporados e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos, são como segue:

	31.12.08		31.12.07	
	Ágio	Provisão	Líquido	Líquido
Reestruturação				
Tele Centro-Oeste Celular Participações - 1ª aquisição	125.259	(82.671)	42.588	144.800
Tele Centro-Oeste Celular Participações - 2ª aquisição	126.323	(83.373)	42.950	70.077
Telesp Celular S.A. Privatização	292.668	(193.161)	99.507	208.060
Tele Leste Celular Participações S.A. Privatização	58.856	(38.846)	20.010	30.948
Global Telecom S.A. Aquisição	416.503	(274.892)	141.611	180.520
Total	1.019.609	(672.943)	346.666	634.405

A movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro é como segue:

	2008	2007
Resultado:		
Amortização do ágio	(846.290)	(846.286)
Reversão da provisão	558.	



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007
(em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) **Composição da dívida**

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	31.12.08	31.12.07
Banco Europeu de Investimento - BEI	USD	4,18% a.a. a 4,47 a.a.	02/03/09 a 02/03/15	741.301	268.872
Resolução 2770	R\$	IGP-M + 9,45% a.a.	09/02/10	156.703	138.073
Capital de Giro	R\$	106,7% do CDI	12/05/09	254.421	-
Resolução 2770	JPY	1% a.a. a 5,78% a.a.	02/02/09 a 18/01/11	1.339.982	568.464
Resolução 2770	USD	5% a.a. a 5,94% a.a.	23/07/09 a 23/07/10	155.708	363.675
BNDES	URTJLP	TJLP + 4,3% a.a. a 4,6% a.a.	15/01/09 a 15/08/14	1.422.387	682.931
BNDES	UMBNDDES	9,05% a.a.	15/01/09 a 15/07/11	9.491	10.037
Compror	USD	-	-	-	13.723
Compror	JPY	-	-	-	493.798
Compror	EUR	-	-	-	39.843
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	R\$	10% a.a.	29/01/09 a 30/10/16	361.590	167.449
Financiamento Licenças					
3G - Anatel	R\$	IST + 1% a.m.	29/04/11 a 29/04/16	1.196.137	-
Comissões BBVA	R\$	0,4256% a.a.	02/03/09 a 02/03/15	272	-
Outros	R\$	-	-	96	959
Total				<u>5.638.088</u>	<u>2.747.824</u>
Circulante				<u>1.811.703</u>	<u>1.355.967</u>
Não Circulante				<u>3.826.385</u>	<u>1.391.857</u>

b) **Cronograma de pagamento**

Em 31 de dezembro de 2008, os montantes não circulantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	31.12.08
2010	638.769
2011	605.115
2012	560.393
2013	558.061
Após 2014	<u>1.464.047</u>
Total	<u>3.826.385</u>

c) **Cláusulas restritivas**

A Sociedade possui empréstimos e financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cujo saldo em 31 de dezembro de 2008 era de R\$1.431.878 (R\$692.968 em 31 de dezembro de 2007). De acordo com os contratos, existem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados semestral e anualmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos em contrato foram atingidos.

A Sociedade possui empréstimos junto ao Banco Europeu de Investimento, cujo saldo em 31 de dezembro de 2008 era de R\$741.301 (R\$268.872 em 31 de dezembro de 2007). Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos em contrato foram atingidos.

d) **Garantias**

Em 31 de dezembro de 2008, para os empréstimos e financiamentos da Sociedade, em moeda local, no valor de R\$2.534.769, sendo R\$361.590 junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, R\$1.422.387 junto ao BNDES (URTJLP) e R\$9.491 junto ao BNDES (UMBNDDES) e R\$741.301 junto ao BEI foram dadas garantias conforme o quadro a seguir:

Bancos	Garantias
BNDES	<ul style="list-style-type: none"> Contrato (Vivo-2007) R\$1.374.394: Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor ou 4 (quatro) vezes o valor da maior prestação, o que for superior. Contrato (Vivo-“GT”) R\$57.483: Caução de 15% dos recebíveis referente à receita de serviços. Vivo Participações é interveniente garantidora. Risco comercial garantido pelo Banco BBVA Portugal.
Banco Europeu de Investimento - BEI	<ul style="list-style-type: none"> Fiança bancária concedida pelo Banco Bradesco S.A. no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento. Constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a 3 (três) parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência.
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	<ul style="list-style-type: none"> Vivo Participações é interveniente fiadora.

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Sociedade é parte em demandas administrativas e judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituída provisão contábil em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

A composição dos saldos das provisões é como segue:

	31.12.08	(-) Depósitos judiciais	Líquido	31.12.07	Líquido
Tributárias	27.252	-	27.252	6.752	6.752
Cíveis	156.707	(40.493)	116.214	149.581	149.581
Trabalhistas	64.684	(31.303)	33.381	41.905	41.905
Total	<u>248.643</u>	<u>(71.796)</u>	<u>176.847</u>	<u>198.238</u>	<u>198.238</u>
Circulante			<u>82.364</u>	<u>80.327</u>	<u>80.327</u>
Não circulante			94.483	117.911	117.911
A movimentação das provisões para contingências líquidas, para os exercícios findos em 31 de dezembro, é como segue:				<u>2008</u>	<u>2007</u>
Saldo no início do ano			198.238	146.115	146.115
Constituição de provisões, líquida de reversões (nota 25)			118.966	183.876	183.876
Varição monetária			7.596	1.468	1.468
Pagamentos			(136.339)	(128.382)	(128.382)
Aumento de depósitos judiciais			(11.614)	(4.839)	(4.839)
Saldo no fim do ano			<u>176.847</u>	<u>198.238</u>	<u>198.238</u>

17.1. Processos Tributários

17.1.1. Perda Provável

a) **ICMS**

Em 31 de dezembro de 2008, a Vivo (RJ, SP, AM e RR), mantinha discussões administrativas e judiciais em curso, relacionadas ao ICMS que, com base na opinião de seus consultores jurídicos, são classificadas como perda provável e, portanto, estão provisionadas no montante de R\$23.554 (R\$367 em 31 de dezembro de 2007).

b) **Tributos Federais**

Em 31 de dezembro de 2008, a Vivo mantinha discussões administrativas relativas a tributos federais (IRRF/IRPJ/PIS/COFINS) os quais, com base na opinião de seus consultores jurídicos, estão provisionados no montante de R\$2.410 (R\$1.540 em 31 de dezembro de 2007).

c) **Outros**

Em 31 de dezembro de 2008, a Vivo mantinha discussões administrativas relacionadas a outros tributos que perfazem o montante de R\$1.288 (R\$4.845 em 31 de dezembro de 2007), as quais encontram-se provisionadas com base na opinião de seus consultores jurídicos.

17.1.2. Perda Possível

Com base na opinião dos seus consultores tributários, a Administração acredita que a resolução das questões a seguir relacionadas não produzirá efeito material adverso sobre sua condição financeira.

a) **Tributos Estaduais**

A Sociedade possui diversas ações em discussões administrativas (decorrentes de autos de infração) e judiciais relacionadas ao ICMS, em todo o território nacional, as quais seguem apontadas abaixo:

- Em 31 de dezembro de 2008, as discussões da Vivo (DF, AC, PA, MS, MT, GO, RR, RO, TO e AM), totalizam R\$109.220 (R\$67.489 em 31 de dezembro de 2007), cujos principais objetos são:
 - i) ICMS sobre serviços eventuais ou complementares que não configuram serviços de telecomunicação;
 - ii) ICMS sobre chamadas internacionais, originadas no Brasil com destino ao exterior;
 - iii) falta de estorno proporcional de crédito fiscal de ICMS referente à aquisição de ativo imobilizado utilizado na prestação de serviços de comunicação e/ou nas saídas de mercadorias isentas ou não tributadas;
 - iv) ICMS sobre prestação não-onerosa de serviços de telecomunicações, caracterizada pela doação de créditos para serem consumidos no plano de serviço pré-pago;
 - v) não-inclusão, na base de cálculo do ICMS, da multa e dos juros de mora cobrados de clientes inadimplentes;
 - vi) supostos descumprimentos de obrigações acessórias;
 - vii) outros relacionados com a comercialização de mercadorias;
 - viii) multa de mora, denúncia espontânea;
 - ix) ICMS sobre a falta de pagamento do tributo por substituição tributária pelas operações posteriores;
 - x) ICMS sobre créditos de energia elétrica;
 - xi) ICMS decorrente da diferença do imposto apurado pela Embratel no DETRAF;
 - xii) ICMS sobre anulação de prestação de serviços de telecomunicação;
 - xiii) supostas vendas com descontos condicionados.
- Em 31 de dezembro de 2008, os processos da Vivo (PR), totalizam R\$7.267 (R\$3.981 em 31 de dezembro de 2007), cujo principal objeto é o recolhimento do ICMS fora do prazo e creditamento relativo a bens do ativo fixo.
- Em 31 de dezembro de 2008, os processos da Vivo (BA) totalizam R\$43.040 (R\$43.686 em 31 de dezembro de 2007), cujos principais objetos são:
 - i) falta de estorno proporcional ao crédito de ICMS referente à aquisição de ativo imobilizado, energia elétrica e serviços de comutação em decorrência de prestação de serviços de comunicação não tributados;
 - ii) falta de estorno dos créditos de ICMS relativo às saídas de aparelhos a título de locação e comodato;
 - iii) recolhimento do ICMS fora do prazo no período compreendido entre fevereiro e março de 1998;
 - iv) ICMS incidente sobre “serviços complementares de comunicação”; v) falta de estorno do crédito do ICMS relativo a longa distância e call center;
 - vi) ICMS sobre habilitação;

e) **ICMS sobre prestação de serviços de comunicação não tributados;**

Em 31 de dezembro de 2008, os processos da Vivo (SE) totalizam R\$35.406 (R\$17.523 em 31 de dezembro de 2007), cujos principais objetos são:

- i) falta de estorno proporcional ao crédito de ICMS referente à aquisição de ativo imobilizado, energia elétrica e serviços de comutação em decorrência de prestação de serviços de comunicação não tributados;
- ii) falta de estorno dos créditos de ICMS relativo às saídas de aparelhos a título de locação e comodato;
- iii) ICMS sobre a saída de mercadorias a título de consignação;
- iv) ICMS incidente sobre “serviços complementares de comunicação”.

Em 31 de dezembro de 2008, os processos da Vivo (ES) totalizam R\$7.019, em 31 de dezembro de 2008 (R\$6.900 em 31 de dezembro de 2007), cujos principais objetos são:

- i) crédito indevido de ICMS;
- ii) obrigações acessórias em relação à escrituração de notas fiscais.

Em 31 de dezembro de 2008, os processos da Vivo (RJ) totalizam R\$150.268 (R\$148.484 em 31 de dezembro de 2007), cujos principais objetos são:

- i) ICMS incidente sobre “serviços complementares de comunicação”;
- ii) ICMS sobre habilitação;
- iii) ICMS sobre chamadas originadas de terminais administrativos e testes;
- iv) ICMS incidente sobre os serviços prestados a outras operadoras de telecomunicações a determinados clientes não beneficiários de isenção;
- v) ICMS sobre chamadas internacionais;
- vi) falta de estorno proporcional ao crédito de ICMS referente à aquisição de ativo imobilizado;
- vii) ICMS sobre prestação não onerosa de serviço de telecomunicação;
- viii) crédito de ICMS relativo à energia elétrica;
- ix) ICMS sobre prestação de serviços conexos aos de telecomunicações;
- x) ICMS sobre adicional ao FIEP (Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza) decorrente da prestação de serviços conexos aos de telecomunicações;
- xi) glosa de incentivos fiscais de ICMS referentes a projetos culturais e multas.

Em 31 de dezembro de 2008, os processos da Vivo (RS) totalizam R\$28.047 (R\$25.877 em 31 de dezembro de 2007), cujos principais objetos são:

- i) recolhimento do ICMS fora do prazo;
- ii) ICMS sobre energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2008, os processos da Vivo (SP) totalizam R\$118.685 (R\$99.965 em 31 de dezembro de 2007), cujos principais objetos são:

- i) créditos indevidos de ICMS;
- ii) crédito indevido referente ao lançamento de valores a título de créditos extemporâneos;
- iii) créditos de ICMS de valores estornados em virtude de reclamações de clientes (Convênio 39/01);
- iv) ICMS sobre descontos tidos como incondicionados.

Em 31 de dezembro de 2008, os processos da Vivo (SC) totalizam R\$3.876 (R\$1.803 em 31 de dezembro de 2007) cujos principais objetos são:

- i) apropriação de crédito de imposto em limite superior ao permitido pela legislação tributária, relativo a entradas de mercadorias cuja saída goza do benefício da redução da base de cálculo;
- ii) multa por descumprimento de obrigação legal.

b) **Tributos Federais**

A Sociedade está envolvida em diversas ações tributárias no âmbito federal em todo o território nacional, as quais seguem apontadas abaixo:

- A Sociedade está envolvida em discussão administrativa relativa à majoração de base de cálculo de PIS e COFINS, as quais em 31 de dezembro de 2008 totalizam R\$8.580 (R\$2.652 em 31 de dezembro de 2007). Os processos aguardam julgamento de Recurso Especial perante o Conselho de Contribuintes.
- A Sociedade está envolvida em discussão administrativa relativa a uma atuação de COFINS no valor de R\$9.663, em 31 de dezembro de 2008 (R\$9.068 em 31 de dezembro de 2007), referente a deduções relativas a perdas incorridas com operações de derivativos na apuração da base de cálculo desta contribuição. A discussão encontra-se aguardando julgamento perante o Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda.
- A Sociedade recebeu atuações fiscais que totalizam R\$148.467 em 31 de dezembro de 2008 (R\$154.474 em 31 de dezembro de 2007), cujos objetos são:
 - i) aproveitamento de parte da base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido apurada no ano 1997 pela sociedade que lhe gera origem por meio de cisão parcial;
 - ii) suposto recolhimento a menor de IRPJ e CSL pelo fato de a fiscalização não ter reconhecido como dedutíveis determinadas despesas;
 - iii) alegado recolhimento insuficiente de IRRF em remessas feitas para o exterior;
 - iv) ajustes das bases de cálculo do IRPJ e CSL decorrentes da redução do prejuízo fiscal declarado pela empresa.
- As discussões relativas aos processos acima encontram-se em esfera administrativa.
- A Sociedade recebeu atuações fiscais relativas a IRPJ, CSL, PIS, COFINS e IRRF, cujos objetos são:
 - i) compensação indevida de prejuízos fiscais de natureza não operacional com lucro operacional apurado em período posterior;
 - ii) suposta insuficiência no recolhimento de tributos;
 - iii) não confirmação da retenção do imposto de renda sobre aplicações financeiras em DIRF;
 - iv) multa isolada sobre o valor escriturado/declarado e o pago.
- Em 31 de dezembro de 2008, totaliza o valor de R\$42.129 (R\$44.502 em 31 de dezembro de 2007).
- A Sociedade está envolvida em discussões administrativas e judiciais sobre a insuficiência no recolhimento de IRPJ, CSL, PIS e COFINS, tendo em vista a ilegal imputação proporcional dos tributos, dado a descon sideração sobre a ocorrência da denúncia espontânea. A Vivo está envolvida em discussões exclusivamente relacionadas a ocorrência da denúncia espontânea destes tributos. Em dezembro de 2008, o valor envolvido totaliza R\$18.937 (R\$17.175 em 31 de dezembro de 2007).
- A Sociedade está envolvida em discussões administrativas e judiciais visando desconstruir saldo devedor relativo a débitos tributários relativos a IRPJ, CSL, PIS, COFINS e IRRF. Trata-se de débitos ativados no sistema SIEF em razão de declarações prestadas pelo particular (DCOMP - Declaração de Compensação e PER/DCOMP - Declaração de Compensação enviada eletronicamente), não homologadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. As discussões encontram-se aguardando o término da discussão administrativa e julgamento final na esfera judicial. Em 31 de dezembro de 2008 o valor envolvido é de R\$197.864 (R\$97.193 em 31 de dezembro de 2007).
- A Sociedade foi autuada relativamente à cobrança de supostos débitos de IRPJ e de CSL, no valor de R\$299.101 (R\$283.911, em 31 de dezembro de 2007), referentes à amortização supostamente indevida do ágio apurado na aquisição das participações da Companhia Riograndense de Telecomunicações (“CRT”) nos anos calendários de 1997 e 1998. Tal exigência aguarda julgamento de Recurso perante o Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda.
- FUST: A ANATEL, através da Súmula n° 7, de 15 de dezembro de 2005, manifestou entendimento que:
 - i) “Não podem ser excluídas da base de cálculo das contribuições ao FUST, dentre outras, as receitas a serem repassadas às prestadoras de serviços de telecomunicações a título de remuneração de interconexão e pelo uso de recursos integrantes de suas redes”;
 - ii) “Não podem ser excluídas da base de cálculo das contribuições ao FUST, dentre outras, as receitas recebidas de prestadoras de serviços de telecomunicações a título de remuneração de interconexão e pelo uso de recursos integrantes de suas redes”.

Considerando que a segunda parte da Súmula não está de acordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6º da Lei n° 9.998, de 17 de agosto de 2000, a Sociedade impetrou mandado de segurança questionando a legalidade de tal exigência, tendo a mesma, obtido sentença favorável na 1ª instância. Aguarda-se decisão de 2ª instância.

Em 31 de dezembro de 2008 o valor envolvido é de R\$225.549 (R\$146.931 em 31 de dezembro de 2007).

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de exito nesses processos, tanto na esfera administrativa quanto na judicial.

FUNTEL: A Sociedade impetrou mandado de segurança em face do Presidente do Conselho Gestor do FUNTEL e do Secretário Interino do Ministério das Comunicações a fim de assegurar seu direito líquido e certo de calcular e recolher as contribuições ao FUNTEL, nos termos da Lei n° 10.052, de 28 de novembro de 2000, sem a inclusão dos valores das transferências recebidas a título de provimento de interconexão e uso dos recursos integrantes de suas redes, tal como expressamente previsto no art. 6º, parágrafo 4º do Decreto n° 3.737, de 30 de janeiro de 2001, sendo deferida a liminar neste sentido. Em outubro de 2008, foi proferida sentença de 1ª instância favorável às operadoras. Sendo assim, em função da sentença de 1ª instância, encontra-se suspensa a exigibilidade do FUNTEL sobre receitas de interconexão.

O Ministério das Telecomunicações tem emitido notificações de lançamento do FUNTEL com relação às receitas de interconexão. O escritório de advocacia contratado apresentou a impugnação administrativa ainda pendente de julgamento.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de exito nesses processos, tanto na esfera administrativa quanto na judicial.

Em 31 de dezembro de 2008, o montante envolvido é de R\$106.101 (R\$60.489 em 31 de dezembro de 2007).

FISTEL: A Sociedade detém autorizações, outorgadas pelo Poder Público por meio do Termo de Autorização, para explorar o Serviço Móvel Pessoal, por tempo indeterminado; e outras para fazer uso das radiofrequências em caráter primário, pelo tempo remanescente da primeira licença, prorrogável por mais quinze anos.

Por ocasião das prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal, a ANATEL realiza a cobrança da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI referente à emissão das novas licenças que incidem sobre as estações rádio-base, estações móveis e radioenlaces.

Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que, seria aplicável o art. 9º, inciso III da Resolução n° 255 ao presente caso, de modo que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Por entender que as cobranças de TFI sobre as estações móveis é indevida, a Vivo mantém discussões administrativas perante a ANATEL, as quais aguardam julgamento.

Em 31 de dezembro de 2008, o valor envolvido é de R\$827.020 (R\$281.978 em 31 de dezembro de 2007).

Outros: A Sociedade possui outras causas consideradas como sendo possíveis que totalizam R\$3.046 em 31 de dezembro de 2008 (R\$2.822 em 31 de dezembro de 2007).

c) **Tributos Municipais**

A Sociedade está envolvida em diversas ações tributárias no âmbito municipal, as quais seguem apontadas abaixo:

Por entender que a cessão de uso de redes de telecomunicações configura serviço de comunicação sujeito à incidência do ICMS, e não locação de bens móveis, a Sociedade foi autuada nos municípios de Salvador e Porto Alegre, os quais exigem o pagamento do ISS sobre a tarifa de uso da rede móvel (TUM). Em 31 de dezembro de 2008 o valor envolvido é de R\$56.910 (R\$109.561 em 31 de dezembro de 2007). A discussão administrativa em Salvador aguarda decisão de 2ª instância. Em Porto Alegre, a decisão foi favorável à Sociedade.

A Sociedade está envolvida em discussão administrativa relativa ao ISS em outros municípios que, em 31 de dezembro de 2008, totalizam R\$32.886 (R\$30.165 em 31 de dezembro de 2007), cujos principais objetos são:

- i) ISS sobre serviços suplementares de telefonia, de valor adicionado aos de telefonia, de publicidade, habilitação, identificador de chamadas e assinatura em telefonia;
- ii) não retenção do ISS sobre serviços de consultoria prestados pela Telefônica International (TISA) à Vivo. Os processos encontram-se em discussão, alguns em esfera administrativa e outros na esfera judicial.

17.2. Processos Cíveis

Inclui demandas cíveis, em diversas esferas, tendo sido contabilizada provisão conforme demonstrado anteriormente, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nessas causas.

a) **Consumidores**

A Sociedade possui diversos processos judiciais movidos por consumidores individuais ou por associações civis que representam os direitos dos consumidores os quais reivindicam o não cumprimento dos serviços e/ou produtos vendidos. Individualmente, nenhum destes processos é considerado relevante.

Em 31 de dezembro de 2008, com base na opinião de seus consultores jurídicos foram contabilizados R\$141.273 (R\$134.667 em 31 de dezembro de 2007), montantes considerados suficientes para fazer face às prováveis perdas nessas causas.

Na mesma data, a soma dos valores em discussão em diversas instâncias dos processos desta natureza e cuja expectativa de perda é possível era de R\$454.689 (R\$344.450 em 31 de dezembro de 2007).

b) **ANATEL**

A Sociedade possui diversas ações legais e administrativas movidas pela ANATEL referente ao não cumprimento da Regulação relativa ao Serviço Móvel Pessoal - SMP. Em 31 de dezembro de 2008 foram contabilizados R\$14.769 (R\$18.614 em 31 de dezembro de 2007), montantes considerados suficientes para fazer face às prováveis perdas nessas causas.

Na mesma data, a soma dos valores em discussão dos processos desta natureza e cuja expectativa de perda é possível era de R\$12.316 (R\$18.356 em 31 de dezembro de 2007).

c) **Outros**

Referem-se a ações de outras naturezas, todas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de dezembro de 2008, com base na opinião de seus consultores jurídicos externos foram contabilizados R\$665 (R\$36.121 em 31 de dezembro de 2007), montantes considerados suficientes para fazer face às prováveis perdas nessas causas.

Na mesma data, a soma dos valores em discussão em diversas instâncias dos processos desta natureza e cuja expectativa de perda é possível era de R\$20.432 (R\$78.926 em 31 de dezembro de 2007).

17.3. Processos Trabalhistas

Incluem diversas demandas trabalhistas, tendo sido contabilizada provisão conforme demonstrado anteriormente, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nessas causas.

Na mesma data, a soma dos valores em discussão em diversas instâncias dos processos desta natureza e cuja expectativa de perda é possível era de R\$181.715 (R\$132.965 em 31 de dezembro de 2007).

17.4. Garantias

A Sociedade concedeu garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

Processo	Imóveis e Equipamentos	Depósitos Judiciais e Penhoras On-Line	Cartas Fiança	Total
Tributários	64.681	128.371	176.259	369.311
Cíveis e trabalhistas	8.274	120.632	4.396	133.302
Total	<u>72.955</u>	<u>249.003</u>	<u>180.655</u>	<u>502.613</u>

17.5. Auditorias Fiscais

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os tributos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades, por períodos que variam de 5 a 30 anos.

18. LICENÇAS DE CONCESSÃO

Em 2007, a Sociedade adquiriu licenças de 1,9MHz



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007
(em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Área de Operação	Prazo da Autorização
Góias e Tocantins	
(Radiofrequências 800/1900/2100 MHz)	30/04/23 a 29/10/23
Mato Grosso (Radiofrequências 800/1900/2100 MHz)	30/03/09 a 30/04/23
Mato Grosso do Sul	
(Radiofrequências 800/1900/2100 MHz)	28/09/09 a 30/04/23
Rondônia (Radiofrequências 800/1900/2100 MHz)	21/07/09 a 30/04/23
Acre (Radiofrequências 800/1900/2100 MHz)	15/07/09 a 30/04/23
Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Maranhão	
(Radiofrequências 800/1900/2100 MHz)	29/11/13 a 30/04/23
Área 9:	
Bahia (Radiofrequências 800/1900/2100 MHz)	30/04/23 a 29/06/23
Sergipe (Radiofrequências 800/1900/2100 MHz)	30/04/23 a 15/12/23
Área 10:	
Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte (Radiofrequências 1900/2100 MHz)	17/12/22 a 30/04/23

As autorizações que vencerão em 2009 já se encontram em processo de renovação junto ao órgão regulador, não havendo expectativa de que haja perda de qualquer uma delas.

19. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31.12.08	31.12.07
Serviços a prestar pré-pago	408.366	336.320
Provisão programa de fidelização	99.178	76.337
Obrigações com empresas do grupo	3.820	679
Provisão para fundo de pensão (nota 29)	5.245	3.960
Grupamento de ações (a)	43.765	41.829
Provisão para desmobilização de ativos (b)	167.850	145.947
Outras	8.431	1.781
Total	<u>736.655</u>	<u>606.853</u>
Circulante	557.495	456.345
Não circulante	179.160	150.508

(a) Refere-se a crédito disponibilizado para os acionistas beneficiários das sobras de ações decorrentes do grupamento das ações do capital social da Sociedade.

(b) Referem-se aos custos a serem incorridos na eventual necessidade de ter que se devolver aos proprietários os "sites" (localidades destinadas a instalações de rádios base - ERB) nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação dos mesmos.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 é composto por 3.810.478 ações ordinárias sem valor nominal.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 03 de julho de 2008, foi aprovado o aumento de capital da Sociedade, sem emissão de novas ações, no montante de R\$495.384, decorrente da capitalização de parcela de reserva de ágio correspondente ao benefício fiscal gerado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006 e de 2007. Nesta data, o capital social passou para R\$6.109.318.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 19 de agosto de 2008, em decorrência do excesso, foi aprovada a redução de R\$700.000 do capital da Sociedade, sem alteração na quantidade de ações representativas de seu capital social. Nesta data, o capital social passou para R\$5.409.318.

b) Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio

Conforme o artigo 17 do Estatuto Social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício, na forma do artigo 202, I, II e III da Lei 6.404/76, serão distribuídos como dividendos mínimos obrigatórios. O saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembléia Geral dos Acionistas, com base na proposta da Diretoria Executiva contida nas Demonstrações Financeiras.

Os dividendos devidos foram calculados como segue:

	31.12.08	31.12.07
Lucro líquido do exercício (*)	994.174	432.818
Apropriação à reserva legal	(49.709)	(21.641)
Lucro líquido ajustado	<u>944.465</u>	<u>411.177</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	(236.116)	(102.794)
Número de ações ordinárias	3.810.478	3.810.478
Juros sobre o capital próprio propostos	380.037	247.000
Dividendos propostos	-	1.436.461
Juros sobre o capital próprio propostos por ação (R\$)	99,734731	64,821264
Dividendos propostos por ação (R\$)	-	376,976468

(*) Em 2007, refere-se ao lucro líquido do exercício antes dos ajustes da Lei nº 11.638/07 e MP 449/08.

c) Reservas de Capital

c.1) Ágio na Emissão de Ações

Esta reserva representa o excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação, na data de emissão.

c.2) Reserva Especial de Ágio

Esta reserva foi constituída em decorrência dos processos de Reestruturação Societária descritos na nota 7.2, em contrapartida ao acervo líquido incorporado e representa o valor do benefício fiscal futuro a ser auferido por meio da amortização do ágio incorporado. A parcela de reserva especial de ágio correspondente ao benefício poderá ser, ao final de cada exercício social, capitalizada em proveito do acionista controlador, com a emissão de novas ações. O aumento de capital está sujeito ao direito de preferência dos acionistas não controladores, na proporção das suas respectivas participações, por espécie e classe, à época da emissão, sendo que as importâncias pagas no exercício deste direito serão entregues diretamente ao acionista controlador, de acordo com o disposto da Instrução CVM nº 319/99.

Conforme descrito na nota 7.2, em 03 de julho de 2008, foi aprovada e realizada a capitalização de R\$495.384 em favor da controladora.

c.3) Juros sobre Obras em Andamento

Representa os valores de juros sobre obras que, em certo período de tempo, financiaram a expansão da rede.

c.4) Doações e Subvenções

Representa os valores recebidos por doação referente a imobilizações decorrentes de expansão da rede.

c.5) Incentivos Fiscais

Representa os valores de aplicações em incentivos fiscais.

d) Reservas de Lucro

d.1) Reserva Legal

A reserva legal é formada pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite de 20% do capital social realizado ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital. A partir de então, as destinações a essa reserva não são mais obrigatórias, conforme o disposto no Art. 193 da Lei 6.404/76.

d.2) Reserva para Expansão

A reserva para expansão foi constituída visando manter recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as determinações legais e do saldo da conta de lucros acumulados do exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Esta reserva é suportada por orçamento de capital aprovado em assembléia de acionistas.

e) Lucros Acumulados

Conforme modificação introduzida pela Lei nº 11.638/07, o lucro líquido do exercício deverá ser integralmente destinado de acordo com os fundamentos contidos nos artigos 193 a 197 da Lei nº 6.404/76.

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2008	2007
Assinatura e utilização	9.029.193	8.000.754
Interconexão	5.620.905	5.109.277
Serviços de dados e SVAs	1.896.056	1.330.552
Outros serviços	<u>220.976</u>	<u>98.008</u>
Receita bruta de serviços de telecomunicações	<u>16.767.130</u>	<u>14.538.591</u>
ICMS	(2.896.565)	(2.447.298)
PIS e COFINS	(611.226)	(521.963)
ISS	(4.980)	(5.893)
Descontos concedidos	<u>(492.982)</u>	<u>(474.139)</u>
Receita operacional líquida de serviços de telecomunicações	<u>12.761.377</u>	<u>11.089.298</u>
Receita bruta da venda de mercadorias	3.101.704	3.105.703
ICMS	(307.231)	(242.994)
PIS e COFINS	(182.970)	(167.791)
Descontos concedidos	(1.009.701)	(1.144.698)
Devolução de vendas	<u>(113.951)</u>	<u>(147.024)</u>
Receita operacional líquida da venda de mercadorias	<u>1.487.851</u>	<u>1.403.196</u>
Total da receita operacional líquida	<u>14.249.228</u>	<u>12.492.494</u>

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007.

22. CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

	2008	2007
Pessoal	(107.152)	(102.941)
Serviços de terceiros	(481.288)	(425.753)
Meios de conexão	(234.636)	(226.190)
Aluguéis, seguros e condomínios	(248.304)	(209.923)
Interconexão	(1.936.355)	(1.618.216)
Impostos, taxas e contribuições	(603.056)	(498.801)
Depreciação e amortização	(1.517.848)	(1.378.923)
Outros insumos	(25.353)	(65.709)
Custo dos serviços prestados	<u>(5.153.992)</u>	<u>(4.526.456)</u>
Custo das mercadorias vendidas	<u>(2.249.389)</u>	<u>(2.096.834)</u>
Total	<u>(7.403.381)</u>	<u>(6.623.290)</u>

23. DESPESAS COM VENDAS

	2008	2007
Pessoal	(281.502)	(302.310)
Serviços de terceiros	(1.810.150)	(1.635.977)
Publicidade	(394.202)	(323.660)
Fidelização de clientes	(394.904)	(310.856)
Aluguéis, seguros e condomínios	(61.528)	(66.439)
Impostos, taxas e contribuições	(2.044)	(2.320)
Depreciação e amortização	(502.395)	(457.166)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(285.017)	(365.740)
Outros insumos	(82.533)	(68.315)
Total	<u>(3.814.275)</u>	<u>(3.532.783)</u>

24. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2008	2007
Pessoal	(268.627)	(264.245)
Serviços de terceiros	(410.094)	(515.589)
Aluguéis, seguros e condomínios	(81.274)	(79.509)
Impostos, taxas e contribuições	(6.022)	(3.484)
Depreciação e amortização	(314.031)	(308.479)
Outros insumos	(13.004)	(20.062)
Total	<u>(1.093.052)</u>	<u>(1.191.368)</u>

25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2008	2007
Multas	87.951	67.559
Despesas recuperadas	139.514	179.958
Reversão de provisões para contingências	36.370	11.968
Infra-estrutura compartilhada e EILD	80.434	52.764
FUST	(70.664)	(60.682)
FUNTEL	(35.302)	(30.376)
ICMS sobre outros gastos	(48.034)	(60.387)
PIS e COFINS	(63.935)	(51.884)
Outros impostos, taxas e contribuições	(13.871)	(32.692)
Provisão para contingências	(155.336)	(195.844)
Amortização do diferido	(36.484)	(35.871)
Aluguel de imóveis	13.277	-
Alienação e provisão para perdas em ativos	(29.020)	(20.547)
Outras	7.851	(11.579)
Total	<u>(87.249)</u>	<u>(187.613)</u>

a) Considerações gerais

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, os principais instrumentos financeiros, e seus respectivos valores por categoria, são como seguem:

	2008		Total	2007		Total
	Valor justo através do resultado	Custo amortizado		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	1.223.473	-	1.223.473	2.177.185	-	2.177.185
Aplicações financeiras em garantia	84.810	-	84.810	59.467	-	59.467
Contas a receber, líquidas	-	2.281.126	2.281.126	-	2.178.745	2.178.745
Operações com derivativos	632.751	-	632.751	10.495	-	10.495
Adiantamento a fornecedores	-	1.309	1.309	-	796	796
Passivos						
Pessoal, encargos e benefícios sociais	-	160.605	160.605	-	171.664	171.664
Fornecedores e contas a pagar	-	3.328.673	3.328.673	-	3.065.826	3.065.826
Impostos, taxas e contribuições	-	896.837	896.837	-	737.400	737.400
Empréstimos e financiamentos	-	5.638.088	5.638.088	-	2.747.824	2.747.824
Juros sobre o capital próprio e dividendos	-	235.786	235.786	-	1.660.767	1.660.767
Operações com derivativos	134.762	-	134.762	432.160	-	432.160
Licenças de concessão	-	-	-	-	45.325	45.325
Outras obrigações	-	736.655	736.655	-	606.853	606.853

b) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade

Os principais riscos de mercado a que a Sociedade está exposta na condução das suas atividades são:

Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços de telecomunicações prestados a seus clientes e das vendas de aparelhos para a rede de distribuidores, bem como do risco relativo a aplicações financeiras e valores a receber de operações de *swap*.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços de telecomunicações é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à concessão de aparelhos pós-pagos. A base de clientes é predominantemente na modalidade pré-pago, que requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos "pré-ativados" é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta às bases de dados comerciais.

A Sociedade também está sujeita a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras e valores a receber de operações de *swap*. A Sociedade atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

Risco de Taxas de Juros

Decorre da parcela da dívida e das posições passivas em derivativos contratados a taxas flutuantes, e envolve o risco das despesas financeiras subirem por um movimento desfavorável nas taxas de juros.

A Sociedade está exposta ao risco das taxas subirem, em função da parte passiva das operações com derivativos (*Hedge Cambial*) e de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de aplicações financeiras, indexadas ao CDI, neutraliza parcialmente este efeito.

Risco de Taxas de Câmbio

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentam os saldos de passivo de empréstimos em moeda estrangeira.

A Sociedade contratou operações financeiras com derivativos de forma a proteger-se da variação cambial decorrente de empréstimos em moeda estrangeira. Os instrumentos utilizados foram contratos de *swap*.

O quadro a seguir, resume a exposição líquida da Sociedade ao fator taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2008 e de 2007:

	31 de dezembro de 2008		
	Em milhares de		
	USD	EUR	JPY
Empréstimos e financiamentos	(383.946)	-	(51.937.288)
Empréstimos e financiamentos - UMBNDES (a)	(4.061)	-	-
Instrumentos derivativos	387.310	-	51.937.288
Outras obrigações	(33.104)	(20.044)	-
Total (insuficiência de cobertura)	<u>(33.801)</u>	<u>(20.044)</u>	<u>-</u>
	31 de dezembro de 2007		
	Em milhares de		
	USD	EUR	JPY
Empréstimos e financiamentos	(365.156)	(15.280)	(67.066.210)
Empréstimos e financiamentos - UMBNDES (a)	(5.666)	-	-
Instrumentos derivativos	371.269	15.280	67.066.210
Outras obrigações	(43.404)	(35.502)	-
Total (insuficiência de cobertura)	<u>(42.957)</u>	<u>(35.502)</u>	<u>-</u>

c) Operações com Derivativos

A Sociedade firmou contratos de *swap* em moeda estrangeira à diversas taxas de câmbio, em montante *notional* de US\$435.606, e JPY 51.594.615 (US\$329.259, JPY66.065.284 e EUR15.234 em 31 de dezembro de 2007). Em 31 de dezembro de 2008, a Sociedade não possuía contratos de *swap* de taxa de juros (R\$1.097.596 em 31 de dezembro de 2007) para taxas de juros em moeda local (CDI) e o montante de *notional* de R\$110.000, de *swap's* indexados ao IGPM

26. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS

	2008	2007
Receitas financeiras	210.845	174.871
Despesas financeiras:		
Operações com derivativos	(300.699)	(215.957)
Empréstimos	(192.110)	(102.722)
CPMF	(1.710)	(61.679)
Descontos concedidos	(39.134)	(30.487)
Outras operações financeiras	<u>(45.903)</u>	<u>(42.622)</u>
Total	<u>(579.556)</u>	<u>(453.467)</u>

Variações monetárias e cambiais:

	2008	2007
De ativos		
Operações com derivativos	792.780	1



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007
 (em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Descrição	Valor de referência (notional)				Valor justo				Período atual	
	2008		2007		2008		2007		Valor a receber (recebido)	Valor a pagar (pago)
Contratos de "swap's"										
Posição Ativa										
(1) Moeda Estrangeira			1.583.356	1.868.087	2.245.126	1.759.733		713.641		-
ABN AMRO	USD	5,94%	78.079	211.635	112.188	195.503		33.232		-
BANCO DO BRASIL	JPY	De 2,46% a 5,78%	301.899	421.021	504.863	405.993		180.674		-
BRADESCO	USD	5,00%	29.128	351.377	43.676	328.946		13.125		-
CITIBANK	USD	4,47%	181.230	181.230	205.044	174.007		61.394		-
ITAÚ	USD	De 6,70% a 6,80%	643	14.557	657	14.477		-		-
JP MORGAN	USD	4,18%	443.207	59.136	536.433	93.489		178.380		-
PACTUAL	USD	De 4,85% até 6,51%	1.812	4.055	1.892	3.064		-		-
SANTANDER	JPY	De 1,00% até 2,50%	542.296	615.746	835.118	537.646		246.836		-
VOTORANTIM	USD	De 6,26% até 8,09%	5.062	9.330	5.255	6.608		-		-
Taxa pós (CDI)			-	1.097.596	-	1.214.508		-		-
BANCO DO BRASIL		-	-	44.500	-	49.737		-		-
BRADESCO		-	-	456.152	-	504.850		-		-
MERRILL LYNCH		-	-	44.502	-	49.739		-		-
SANTANDER		-	-	552.442	-	610.182		-		-
(2) Taxa pré (IGPM)			110.000	110.000	156.703	138.073		15.623		-
UNIBANCO	IGPM	9,45%	110.000	110.000	156.703	138.073		15.623		-
Ponta Passiva										
Taxa pós (CDI)			(1.583.356)	(1.868.087)	(1.666.247)	(2.186.055)		-		134.762
ABN AMRO	USD	110,00%	(78.079)	(211.635)	(78.955)	(255.614)		-		-
BANCO DO BRASIL	JPY	De 103,40% até 107,40%	(301.899)	(421.021)	(324.189)	(499.587)		-		-
BRADESCO	USD	110,00%	(29.128)	(351.377)	(30.551)	(386.030)		-		-
CITIBANK	USD	95,50%	(181.230)	(181.230)	(177.882)	(176.911)		-		34.233
ITAÚ	USD	100,00%	(643)	(14.557)	(1.172)	(15.551)		-		515
JP MORGAN	USD	96,00%	(443.207)	(59.136)	(452.853)	(173.880)		-		94.800
PACTUAL	USD	100,00%	(1.812)	(4.055)	(3.144)	(6.191)		-		1.252
SANTANDER	JPY	De 106,00% até 111,00%	(542.296)	(615.746)	(588.284)	(657.902)		-		-
VOTORANTIM	USD	100,00%	(5.062)	(9.330)	(9.217)	(14.389)		-		3.962
Taxa pré (CDI)			-	(1.097.596)	-	(1.216.844)		-		-
BANCO DO BRASIL		-	-	(44.500)	-	(49.979)		-		-
BRADESCO		-	-	(456.152)	-	(505.084)		-		-
MERRILL LYNCH		-	-	(44.502)	-	(49.979)		-		-
SANTANDER		-	-	(552.442)	-	(611.802)		-		-
Taxa pós (CDI)			(110.000)	(110.000)	(141.080)	(128.690)		-		-
UNIBANCO		107,00%	(110.000)	(110.000)	(141.080)	(128.690)		-		-
								Provisão de Imposto de Renda Retido na Fonte	(96.513)	-
								Valores a receber/a pagar líquidos de IRRF	632.751	134.762
								Saldo de Ajuste de Balanço Patrimonial	497.989	-

1) Swaps de moeda estrangeira x CDI (R\$2.245.126) - operações de swap contratadas com vencimentos até 2015, com o objetivo de proteger riscos de variação cambial das operações de financiamento com estas características (R\$2.247.017).
 2) Swap IGPM x CDI (R\$156.703) - operações de swap contratadas com vencimento em 2010 com o objetivo de proteger o fluxo idêntico ao das dívidas em IGPM (R\$ 156.703).
 Para as demais exposições ao CDI (pontas passivas de swaps) e dívida atrelada ao CDI, a Sociedade tem, como "hedge natural" parcial, aplicações financeiras de curto prazo baseadas na variação do CDI (R\$1.172.776 em 31 de dezembro de 2008). Os valores contábeis destas aplicações financeiras aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo. Em 31 de dezembro de 2008 temos o saldo de R\$632.751 registrado no ativo e o saldo de R\$ 134.762 no passivo para reconhecer a posição líquida de derivativos naquela data. Os ganhos e perdas do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, agrupados pelos contratos firmados, foram registrados nas contas de resultado (nota 25), conforme requerido na Instrução CVM 475/08.

Abaixo segue a distribuição de vencimentos dos swap's em 31 de dezembro de 2008:

Descrição	Vencimento em				Valor a pagar/receber
	2009	2010	2011	em diante	
Contratos de "Swap's"					31.12.2008
Moeda					
Estrangeira x CDI					
ABN AMRO	-	33.232	-	-	33.232
BANCO DO BRASIL	172.557	-	8.117	-	180.674
BRADESCO	13.125	-	-	-	13.125
CITIBANK	(8.542)	(7.060)	(6.271)	49.035	27.162
ITAÚ	(515)	-	-	-	(515)
JP MORGAN	(25.056)	(17.356)	(15.892)	141.884	83.580
PACTUAL	(1.252)	-	-	-	(1.252)
SANTANDER	246.835	-	-	-	246.835
VOTORANTIM	(1.425)	(1.707)	(830)	-	(3.962)
Total	395.727	7.109	(14.876)	(190.919)	578.879
IGPM X CDI					
UNIBANCO	-	15.623	-	-	15.623
Total	-	15.623	-	-	15.623
					(96.513)
					497.989
					497.989

Análise de Sensibilidade às variáveis de risco da Sociedade

A Instrução CVM estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no item 59 do CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.
 Em cumprimento ao disposto acima, foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração, o cenário de se realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&F Bovespa. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até a data de vencimento dos instrumentos financeiros.

Como a Sociedade possui somente instrumentos derivativos para proteção de sua dívida financeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Sociedade

divulgou o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Sociedade, em cada um dos três cenários mencionados, conforme demonstrado abaixo:

Operação	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Hedge (Ponta ativa)	Derivativos (Risco de queda do USD)	905.144	1.222.731	1.590.554
Dívida em USD	Dívidas (Risco do aumento do USD)	(907.035)	(1.225.012)	(1.593.188)
	Exposição líquida	(1.891)	(2.281)	(2.634)
Hedge (Ponta ativa)	Derivativos (Risco de queda do JPY)	1.339.982	1.678.732	2.019.046
Dívida em JPY	Dívidas (Risco do aumento do JPY)	(1.339.982)	(1.678.732)	(2.019.046)
	Exposição líquida	-	-	-
Hedge (Ponta ativa)	Derivativos (Risco de queda do IGP-M)	156.703	160.332	164.125
Dívida em IGP-M	Dívidas (Risco do aumento do IGP-M)	(156.703)	(160.332)	(164.125)
	Exposição líquida	-	-	-
Hedge (Ponta passiva CDI)	Derivativos (Risco do aumento do CDI)	(1.812.635)	(1.908.121)	(1.972.347)
	Exposição líquida	(1.812.635)	(1.908.121)	(1.972.347)
Premissas para a Análise de Sensibilidade				
Variável de Risco		Cenário I	Cenário II	Cenário III
USD		2,337	2,921	3,506
JPY		0,0258	0,0320	0,0390
IGP-M		9,81%	12,26%	14,71%
CDI		13,62%	17,03%	20,43%

A exposição líquida em CDI demonstrada na análise de sensibilidade não reflete a totalidade da exposição da Sociedade à taxa de juros interna, uma vez que, conforme citado anteriormente, a Sociedade possui dívidas indexadas ao CDI. Para cálculo da exposição líquida, todos os derivativos foram considerados a valor justo, assim como suas dívidas associadas (elementos protegidos). Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 31 de dezembro de 2008, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Sociedade. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

29. PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Sociedade, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, patrocina planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados nas mesmas condições da publicação do último exercício social, como seguem: i) PBS-A; ii) PAMA; iii) PBS-Telesp Celular, PBS-TCO, PBS Tele Sudeste Celular e PBS Tele Leste Celular; iv) Plano TCP Prev e TCO Prev; e v) Plano de Benefícios Visão Celular - Celular CRT, Telerj Celular, Telest Celular, Telebahia Celular e Telergipe Celular. Os planos PBS-A e PAMA são administrados pela Fundação SISTEL de Seguridade Social - SISTEL. A Sociedade, através da sua assessoria atuarial, elaborou estudos considerando os impactos da ação ordinária nº 04/081.668-0, movida pela ASTEL contra a Fundação Sistel de Seguridade Social, na qual são citadas, além da Sistel, a Telefonica e a Telesp Celular (empresa incorporada pela Vivo), relacionada a alteração na forma de custeio e revisão de outros benefícios do PAMA. Com base na opinião dos seus consultores tributários, a Administração acredita que nesse momento não existe risco de pagamento, sendo que em 31 de dezembro de 2008 a probabilidade

de perda foi classificada como possível. Em 31 de dezembro de 2008 o montante envolvido era de R\$1.475 (R\$1.301 em 31 de dezembro de 2007).

Em 02 de fevereiro de 2007, foi aprovado o processo de transferência da administração dos planos da Fundação Sistel de Seguridade Social para a Visão Prev Sociedade de Previdência Complementar ("Visão Prev") dos seguintes planos: PBS Telesp Celular, TCPPrev, PBS Tele Centro Oeste Celular, TCOPrev, PBS Telesudeste Celular, Visão Telerj Celular, Visão Telest Celular, PBS Teleleste Celular, Visão Telebahia Celular, Visão Telergipe Celular e Visão Celular CRT. Os onze planos patrocinados pela Vivo foram gradativamente transferidos para a Visão Prev até 31 de dezembro de 2007, sendo que em 02 de maio de 2007, ocorreu a transferência do patrimônio dos planos.

Em 21 de agosto de 2007, foi aprovado o regulamento do plano Vivo Prev, plano individual de contribuição definida, já administrado pela Visão Prev. As contribuições da Vivo a este plano são iguais às dos participantes, variando de 0% a 8% do salário de participação, em função do percentual escolhido pelo participante.

Em 01 de março de 2008 iniciou-se o processo de migração em que os participantes dos planos antigos puderam optar por migrar para o novo plano VivoPrev. Este processo de migração terminou em 31 de maio de 2008, com maciça adesão ao novo plano.

As provisões atuariais referentes aos planos citados acima, estão registradas em "Outras Obrigações" (nota 19).

Demonstramos a seguir a composição da provisão para os planos de aposentadoria de benefícios definidos e plano de assistência médica aos aposentados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 371 sobre tais planos:

	2008	2007
Plano PAMA	4.726	3.308
Vivo Prev	-	652
TCP Prev	519	-
Total	5.245	3.960

1) Conciliação dos Ativos e Passivos

	2008	
	Total do passivo atuarial	Passivo (ativo) líquido
Vivo Prev	16.993	(9.754)
PAMA (i)	7.347	4.726
PBS (ii)	26.762	(5.521)
PBS-A (i) e (ii)	30.646	(11.076)
TCP Prev	519	519
TCO Prev (ii)	21.905	(7.099)
Visão (ii)	379	(5.395)

	2007	
	Total do passivo atuarial	Passivo (ativo) líquido
Vivo Prev	652	652
PAMA (i)	6.100	3.308
PBS (ii)	23.778	(9.870)
PBS-A (i) e (ii)	25.780	(16.032)
TCP Prev	3.220	(4.627)
TCO Prev (ii)	42.599	(17.024)
Visão (ii)	5.139	(18.934)
i) Refere-se à participação proporcional da Sociedade nos ativos e passivos do plano multipatrocinado - PAMA e PBS-A;		
ii) Embora o PBS, PBS-A, TCO Prev, Visão e Vivo Prev estejam superavitários em 31 de dezembro de 2008, nenhum ativo foi reconhecido pela patrocinadora, em virtude da falta de perspectiva para aproveitamento desse superávit.		

2) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido

	Passivo (ativo) líquido em 31.12.07	Despesas (receitas) reconhecidas no resultado em 2008	Contribuições da patrocinadora	Perdas ou (ganhos) atuariais	Passivo (ativo) líquido em 31.12.08
Vivo Prev	652	200	(1.200)	(9.406)	(9.754)
PAMA	3.308	407	(1)	1.012	4.726
PBS	(9.870)	(1.121)	(11)	5.481	(5.521)
PBS-A	(16.032)	(1.787)	-	6.743	(11.076)
TCP Prev	(4.627)	(112)	(7)	5.265	519
TCO Prev	(17.024)	(1.355)	(79)	11.359	(7.099)
Visão	(18.934)	(1.459)	(223)	15.221	(5.395)

3) Movimentação do passivo atuarial

	Passivo atuarial em 31.12.07	Custo do serviço corrente	Juros sobre o passivo atuarial	Benefícios pagos	Perdas ou (ganhos) atuariais	Passivo atuarial em 31.12.08
Vivo Prev	652	135	65	-	16.141	16.993
PAMA	6.100	20	644	(296)	879	7.347
PBS	23.778	24	2.467	(1.823)	2.316	26.762
PBS-A	25.780	-	2.672	(2.251)	4.445	30.646
TCP Prev	3.220	425	322	(13)	(3.435)	519
TCO Prev	42.599	692	4.510	(791)	(25.105)	21.905
Visão	5.139	684	519	(8)	(5.955)	379

4) Movimentação dos ativos dos planos

	Valor justo dos ativos em 31.12.07	Benefícios pagos	Contribuições da patrocinadora e participantes	Rendimentos ativos do plano	Perdas ou (ganhos) atuariais	Valor justo dos ativos em 31.12.08
Vivo Prev	-	-	(1.219)	-	(25.528)	(26.747)
PAMA	(2.792)	296	(1)	(257)	133	(2.621)
PBS	(33.648)	1.823	(16)	(3.602)	3.160	(32.283)
PBS-A	(41.812)	2.251	-	(4.460)	2.299	(41.722)
TCP Prev	(7.847)	13	(7)	(859)	8.700	-
TCO Prev	(59.623)	791	(84)			



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007
(em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5) Despesas (receitas) em 2008

	Custo do serviço	Custo dos juros sobre obrigações atuariais	Rendimento esperado dos ativos	Contribuições dos empregados	Custo das amortizações	Total
Vivo Prev	135	65	-	-	-	200
PAMA	20	644	(257)	-	-	407
PBS	24	2.467	(3.602)	(9)	-	(1.120)
PBS-A	-	2.672	(4.460)	-	-	(1.788)
TCP Prev	425	322	(859)	-	-	(112)
TCO Prev	692	4.510	(6.529)	(28)	-	(1.355)
Visão	684	519	(2.646)	(15)	-	(1.458)

6) Despesas (receitas) previstas para 2009

	Custo do serviço	Custo dos juros sobre obrigações atuariais	Rendimento esperado dos ativos	Contribuições dos empregados	Total
Vivo Prev	2.554	1.611	(3.075)	(58)	1.032
PAMA	55	731	(271)	-	515
PBS	25	2.622	(3.510)	(6)	(869)
PBS-A	3.001	-	(4.844)	-	(1.843)
TCP Prev	66	49	-	(26)	89
TCO Prev	74	2.170	(3.183)	(7)	(946)
Visão	46	36	(644)	(14)	(576)

7) Premissas atuariais

	Taxa real utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	Taxa de crescimento salarial futuro	Taxa de crescimento dos custos médicos	Taxa de crescimento dos benefícios	Tábua de mortalidade	Tábua de entrada em invalidez
Vivo Prev	10,14%	11,15%	-	-	-	AT83 segregada por sexo	Mercer Disability
PAMA	10,14%	10,88%	-	8,04%	-	AT83 segregada por sexo	Mercer Disability
PBS	10,14%	11,15%	6,44%	-	4,90%	AT83 segregada por sexo	Mercer Disability
PBS-A	10,14%	11,91%	-	-	4,90%	AT83 segregada por sexo	-
TCP Prev	10,14%	11,15%	-	-	-	AT83 segregada por sexo	Mercer Disability
TCO Prev	10,14%	11,15%	-	-	-	AT83 segregada por sexo	Mercer Disability
Visão	10,14%	11,15%	7,10%	-	4,90%	AT83 segregada por sexo	Mercer Disability

30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações com partes relacionadas não consolidadas são:

- a) **Comunicação via celular local e para longas distâncias e uso de rede:** essas transações envolvem as empresas pertencentes ao mesmo grupo controlador: Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELESP e controladas. Parte dessas transações foi estabelecida com base em contratos firmados pela TELEBRÁS com as operadoras concessionárias em período anterior à privatização, sendo as condições regulamentadas pela ANATEL. Inclui serviços de atendimento de clientes da Telecomunicações Móveis Nacionais - TMN e diversas empresas ligadas ao Grupo Telefônica, em "roaming" na rede da Sociedade.
- b) **Assistência técnica:** refere-se à prestação de serviços de assessoria de gestão empresarial pela PT SGPS e assistência técnica pela Telefônica S.A., Telefônica International S.A., calculada com base em uma fórmula prevista nos contratos que inclui a variação do LAIR (Lucro Antes do Imposto de Renda) e a variação das ações PN's e ON's, que determinam um coeficiente que é aplicado sobre as receitas de serviços. No caso da operação da filial do Rio Grande do Sul, seu contrato prevê apenas um % fixo sobre a receita de serviços. Os contratos referidos acima foram encerrados em 04 de agosto de 2008.
- c) **Prestação de serviços corporativos:** os quais são repassados, pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços.
- d) **Prestação de serviços de teleatendimento:** pela Atento Brasil S.A. e Mobitel S.A. - Dedic aos usuários dos serviços de telecomunicações, contratado por 12 meses renováveis por igual período.
- e) **Prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas:** pela Portugal Telecom Inovação Brasil S.A. e Telefonica Pesquisa e Desenvolvimento do Brasil Ltda.
- f) **Serviços de operador logístico e assessoria contábil financeira:** pela Telefonica Serviços Empresariais do Brasil Ltda.
- g) **Serviços de provedor de conteúdo portal de voz:** pela Terra Networks Brasil S.A.
- h) **Serviços de roaming internacional:** pela Telefônica Móveis Espanha S.A. e Telecomunicações Móveis Nacionais - TMN.

Apresentamos, a seguir, um sumário dos saldos e das transações com partes relacionadas não consolidadas:

	31.12.08	31.12.07
Ativo:		
Contas a receber, líquidas	231.368	189.011
Créditos com empresas do grupo	11.188	8.798
Passivo:		
Fornecedores e contas a pagar	375.837	263.796
Assistência técnica	170.178	189.696
Obrigações com empresas do grupo	3.820	679

Resultado:

	Consolidado	
	2008	2007
Receitas de serviços de telecomunicações		
Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp	1.884.326	1.684.492
Telefônica S.A.	-	1.424
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda.	244	-
T. Empresas Brasil	578	-
A. Telecom	8.305	-
Atento Brasil S.A.	1.495	-
Operadoras Grupo Telefônica (Roaming internacional)	3.061	-
Telecomunicações Móveis Nacionais - TMN	610	225
Saldo em 31 de dezembro	<u>1.898.619</u>	<u>1.686.141</u>
Despesas:		
Custo dos serviços prestados		
Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp	(173.492)	(121.930)
Telefônica Empresas Brasil S.A.	(4.691)	(5.361)
Telefônica Móveis Espanha S.A.	(406)	(1.558)
Portugal Telecom Inovação Brasil Ltda.	(1.377)	(982)
Primesys Soluções Empresariais S.A.	-	(188)
Telecomunicações Móveis Nacionais - TMN	(69)	(39)
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda.	(20)	-
T International Wholesale	(69)	(211)
T International Wholesale - Brasil	(4.197)	-
T. Móveis Colômbia	(126)	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>(184.447)</u>	<u>(130.269)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		
Portugal Telecom SGPS S.A.	(44.800)	(62.190)
Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp	(85.526)	(61.696)
Telefônica Empresas Brasil	612	602
Telefônica S.A.	40.708	(56.779)
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda.	(59.959)	(48.057)
Cobros Gestão de Serviços	(1.380)	-
Atento Brasil S.A.	(302.606)	(242.767)
Mobitel S.A. - Dedic	(239.964)	(221.298)
Terra Networks Brasil S.A.	(2.060)	(1.957)
A. Telecom	8	-
Primesys Soluções Empresariais S.A.	184	(110)
Portugal Telecom Inovação Brasil Ltda.	(10.238)	(4.931)
T International Wholesale S.A.	(120)	(290)
Telecomunicações Móveis Nacionais - TMN	-	(40)
Telefônica Pesquisa e Desenvolvimento do Brasil Ltda.	(889)	(935)
TBS Celular Participações Ltda.	(7.865)	(11.644)
Saldo em 31 de dezembro	<u>(713.895)</u>	<u>(712.092)</u>

Resultado:

	Consolidado	
	2008	2007
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		
Telefônica S.A.	(22.357)	5.745
Telefônica International S.A.	(4.376)	2.837
Portugal Telecom SGPS S.A.	(15.871)	1.460
Primesys Soluções Empresariais S.A.	-	169
Saldo em 31 de dezembro	<u>(42.604)</u>	<u>10.211</u>

31. SEGUROS (CONSOLIDADO) - (NÃO AUDITADO PELOS AUDITORES INDEPENDENTES)

A Sociedade mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2008 a Sociedade possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde etc. A Administração da Sociedade entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidades	Importâncias Seguradas
Riscos Operacionais	R\$18.586.501
Responsabilidade Civil Geral - RCG	R\$4.576
Automóvel (Frota de veículos Executivos)	Casco: 100% da Tabela Fipe; Danos Materiais/Corporais e Morais R\$220

32. ÔNUS, RESPONSABILIDADES EVENTUAIS E COMPROMISSOS

A Sociedade tem compromissos assumidos com arrendatários de diversas lojas e "sites" onde encontram-se instaladas estações rádio base (ERB's) já contratados em 31 de dezembro de 2008 no montante de R\$4.696.117 (R\$3.343.111 em 31 de dezembro de 2007), conforme demonstrado a seguir:

Ano	Valor
2009	461.925
2010	458.875
2011	458.598
2012	454.527
2013 em diante	<u>2.862.192</u>
Total	<u>4.696.117</u>

DIRETORIA

ROBERTO OLIVEIRA DE LIMA
Diretor Presidente

ERNESTO GARDELLIANO
Vice-Presidente Executivo de Finanças,
Planejamento e Controle

HUGO MATTOS JANEBA
Vice-Presidente Executivo
de Marketing e Inovação

PAULO CESAR PEREIRA TEIXEIRA
Vice-Presidente Executivo de Operações
JAVIER RODRÍGUEZ GARCÍA
Vice-Presidente de Redes

SERGIO ASSENÇO TAVARES DOS SANTOS
Vice-Presidente de Regulamentação

GIULIANO AUGUSTO DE MELO
CRC-MG 074.244/0-0 S/PR

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da **Vivo S.A.**

1. Examinamos os balanços patrimoniais da **Vivo S.A.**, levantados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos,

o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e empresas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia e empresas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Vivo S.A.** em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme mencionado na nota explicativa 2.b, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas, exceto quanto à demonstração do valor adicionado relativamente ao exercício de 2007, como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros. São Paulo, 30 de janeiro de 2009.

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S.
CRC-2-SP-015199/0-6

Luiz Carlos Passetti

Contador CRC-1-SP-144.343/0-3-S-PR
Drayton Teixeira de Melo
Contador CRC-1-SP-236947/0-3-S-PR